





A Base de Exportação do Oeste Paranaense 2000/2010/2020

The Western Paraná Export Base 2000/2010/2020

Gabriela Daiana Christ¹ , Allan Georges Nakka Strauch² , Lucir Reinaldo Alves³  e Moacir Piffer⁴ 

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus Toledo), e-mail: gabrielachrist@gmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus Toledo), e-mail: allangeorges@gmail.com.

³ Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Professor adjunto do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus Toledo). Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da Unioeste/Toledo e investigador colaborador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa (ULisboa)-PT. E-mail: lucir.alves@unioeste.br ou lucir_a@hotmail.com.

⁴ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus Toledo), e-mail: mopiffer@yahoo.com.br.

RESUMO

Diversificar a base de exportação da região pode ser um caminho a ser feito para o desenvolvimento regional. Este estudo procura identificar o perfil exportador do Oeste Paranaense quanto ao comércio internacional de bens entre 2000, 2010 e 2020. Classificado como uma pesquisa quantitativa, estudo de caso descritivo e utilizando dados secundários, a partir da análise dos dados fornecidos pelo Ministério da Economia, Estatísticas de Comércio Exterior em Dados Abertos (Comex Stat). Apresentam-se os dados da economia do estado do Paraná e a sua importância em âmbito regional e nacional. Verificou-se que em 2020 os principais produtos exportados da região do Oeste Paranaense – em relação ao valor (US\$) –, trata-se de animais vivos e produtos do reino animal, sendo o principal destino e parceiro comercial a China.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Exportação. Comércio Exterior.

ABSTRACT

Diversifying the export base of a region can be a way to be followed for regional development. This study seeks to identify the export profile of Western Paraná in terms of international trade in goods between 2000, 2010 and 2020. Classified as a quantitative research, descriptive case study and using secondary data, from the analysis of data provided by the Ministry of Economy, Foreign Trade Statistics in Open Data (Comex Stat). Data on the economy of the Paraná State and its regional and national importance are presented. It was found that, in 2020, the main products exported from the western region of Paraná – in relation to value (US\$) – are live animals and products from the animal kingdom, with China being the main destination and commercial partner.

Keywords: Regional development. Export. International Trade.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 apresentou grandes desafios, em muitos sentidos, para todas as nações. Primeiro, e em maior medida, o potencial de letalidade do Coronavírus atingiu muitas famílias, refletindo em uma alta taxa de mortalidade em todas as nações. Segundo, e em consequência do primeiro, impactou de forma negativa a economia, desde o aumento do desemprego, fechamento de comércios entre outros fatores (KERR-OLIVEIRA et al., 2021). Resolver o problema não é uma tarefa trivial. Governos, sociedade civil, empresas, universidades e demais atores têm um papel fundamental neste processo (APEXBRASIL, 2020, 2021).

Quanto a recuperação econômica, iniciar a atividade de exportação ou mesmo aumentar o volume exportado com diversificação dos mercados alvos, pode ser uma alternativa para as empresas brasileiras. Tanto que a Agenda 2030 (ONU, 2015), também conhecida como os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), proposto pelas Nações Unidas em setembro de 2015 elenca o comércio internacional como o motor para o crescimento econômico contribuindo para além da redução da pobreza, mas sobremaneira em prol do desenvolvimento sustentável (CHRIST; ALVES; PIFFER, 2021).

E nesse sentido, o Brasil, historicamente, tem se mostrado como um importante ator para prover o mundo com alimentos. Estudos mostram que o Brasil tem posicionamento positivo frente as demandas por produtos agroindustriais, especialmente para alimentos preparados, soja e trigo (CHRIST et al., 2022; SANTOS et al., 2016).

Em 2020 o Brasil somou US\$ 209.817.415.387 em receitas com exportação. A economia paranaense tem fundamental importância neste resultado. Com aptidão agrícola, o que possibilitou desenvolver um relevante sistema agroindustrial, o estado do Paraná foi o quinto mais bem colocado no *ranking* de exportações em 2020, com 8,42% das exportações do Brasil. Atrás de São Paulo que concentrou 22,26% das exportações, Minas Gerais (11,47%), Rio de Janeiro (11,27%) e Pará (9,64%) (BRASIL, 2020a).

Assim, este estudo visa identificar o perfil exportador de bens do Oeste do Paraná comparando os anos 2000, 2010 e 2020. A metodologia utilizada envolve a coleta de dados secundários fornecidos pelo COMEX STAT, cuja fonte é o Ministério da Economia (ME) e a fundamentação teórica apresenta a teoria da base de exportação de Douglass North (1977), com especial atenção para o desenvolvimento regional.

Como pergunta de pesquisa têm-se: **houve diversificação na pauta exportadora no Oeste do Paraná durante os anos 2000, 2010 e 2020?** Como objetivo geral busca-se identificar o Perfil Exportador do Paraná e como objetivos específicos tem-se: a) identificar a base exportadora do Oeste do Paraná nos anos supracitados e b) identificar o destino das exportações da mesorregião.

A justificativa para responder ao problema de pesquisa está na importância de diagnosticar o perfil exportador do estado do Paraná, principalmente pertinente aos relacionamentos internacionais, para a formulação de políticas e execução de programas a favor do aumento de exportação para expansão da economia paranaense. Neste estudo, pondera-se a relevância social e econômica que o agronegócio possui como vetor da economia e do desenvolvimento nacional, o que por si só explica a escolha do problema de pesquisa.

O trabalho está dividido em 5 seções, além desta introdução (1). A próxima seção (2) apresentará o referencial teórico, seguida pela seção três (3) que abordará os procedimentos metodológicos. A quarta (4) seção tem o objetivo de apresentar os resultados e discussão e a quinta (5) seção estão as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo estão mencionados elementos teóricos sobre o desenvolvimento regional, bem como a teoria da base de exportação de Douglass North e breves notas sobre as exportações de bens no Brasil, não tendo por pretensão o esgotamento do tema, mas sim contextualizar o assunto de forma a contemplar a análise dos resultados, considerando os dados coletados.

2.1 O Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional trata-se de conceito antigo, todavia cercado de controvérsias, de acordo com as várias fases do desenvolvimento de determinada região e mesmo de uma nação, tendo por base, também, algumas teorias criadas ao longo de algumas décadas.

Para Ferreira de Lima e Alves (2012, p. 215) “desenvolvimento regional implica integrar regiões num mesmo processo de desenvolvimento econômico e social virtuoso.” No entanto, os autores observam que na economia capitalista, a homogeneidade total do espaço econômico é

praticamente impossível. Mas é possível diminuir as assimetrias das desigualdades socioeconômicas, com foco ao dinamismo econômico social.

Destaca-se que a distribuição da atividade econômica, bem como o desenvolvimento social é motivo de preocupação entre os pesquisadores e governantes, tratando-se de obstáculo para minimizar as desigualdades sociais e regionais. Para a economia moderna o entendimento é que a divisão do trabalho oportunizou a produção em variados setores, sendo a agricultura, a indústria e serviços o modelo convencional de divisão das atividades econômicas, evidenciando a indústria como elemento-chave do dinamismo econômico nacional e regional desde 1990 (DOMINGUES; RUIZ, 2006).

As políticas voltadas para o desenvolvimento regional no Brasil firmam história desde meados dos anos de 1950 em investimentos industriais, envolvendo questões referentes às atribuições que o Estado deveria ter nos impactos da liberação econômica, sendo cobrado uma maior atuação pública por volta de 1990 (UDERMAN, 2008).

No Brasil, a política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) foi institucionalizada pelo Decreto nº 6.047/2007 e atualizada pelo Decreto nº 9.810, de 2019, tendo por objeto as ações do Governo Federal na busca da redução destas desigualdades econômicas e sociais regionais, a geração de renda, melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico (BRASIL, 2019).

Quando da criação por meio da Lei antes citada, a política nacional de desenvolvimento regional foi retomada após duas décadas sem qualquer política que visasse o desenvolvimento regional nacional, sendo mudado tal quadro nacionalmente de acordo com as tendências de mercado trazidas pela globalização (MACEDO; PORTO, 2018).

Para o Ministério do Desenvolvimento Regional do Governo Federal, conforme atualização de 2020, pós Decreto, elenca-se a necessidade de reconhecer as desigualdades regionais em todos os setores, na busca de criação de políticas e programas que promovam as mudanças essenciais visando o afastamento das desigualdades, em que pese não poder ser entendido o desenvolvimento regional de forma unidimensional. Todavia, trata-se o desenvolvimento regional um projeto de âmbito nacional (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Nesse contexto, os objetivos prioritários da Política nacional de desenvolvimento regional (BRASIL, 2019) sendo, especialmente:

I – Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;

- II – Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região;
- III – Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- IV – Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

Destaca-se que as intervenções elencadas como pretendidas pela PNDR possui como eixos setoriais o desenvolvimento produtivo, social e acesso a serviços públicos essenciais, o fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais, a ciência, tecnologia e inovação, a educação e qualificação profissional, além de infraestruturas econômicas e urbanas, por meio de mobilização planejada e articulada de ações no âmbito federal, estadual e municipal, envolvendo o setor público e privado (BRASIL, 2019). Para tanto, foram traçadas estratégias previstas no Decreto antes listado, sendo:

- I – Estruturação do Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional, para assegurar a articulação setorial das ações do Governo federal, a cooperação federativa e a participação social;
- II – Implementação do Núcleo de inteligência Regional no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional e das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste;
- III – Estruturação de modelo de planejamento integrado, por meio da elaboração de planos regionais e sub-regionais de desenvolvimento, pactos de metas e carteiras de projetos em diferentes escalas geográficas;
- IV – Aprimoramento da inserção da dimensão regional nos instrumentos de planejamento e orçamento federal, bem como em políticas e programas governamentais diversos;
- V – Aderência dos instrumentos de financiamento aos objetivos de desenvolvimento regional;
- VI – Estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, integrando-os a sistemas regionais, nacionais ou globais;
- VII – Apoio à integração produtiva de regiões no entorno de projetos estruturantes ou de zonas de processamento;
- VIII – Estruturação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional, que assegure o monitoramento e a avaliação da PNDR e o acompanhamento da dinâmica regional brasileiro.

A mencionada política se pauta nos princípios da “descentralização, cooperação e coordenação, onde todos os níveis de governo tornar-se-iam responsáveis pela superação das desigualdades regionais, condição para um projeto de país socialmente justo [...]” (MACEDO; PORTO, 2018, p. 614). E por muito tempo ficou no esquecimento por falta de um projeto de

governo, prevalecendo interesses particulares. Igualmente, inicialmente visava-se o Nordeste, Centro-oeste e a Amazônia.

Na atualidade observa-se a essencialidade de desenvolvimento, igualmente, de todas as regiões do país. Outro fator que prejudicou o regular e igualitário desenvolvimento das regiões foi a ausência de articulação entre os três níveis de governo, a falta de coordenação entre os ministérios e a falta de políticas públicas de influência.

Ainda listando um motivo a justificar a ausência de um desenvolvimento regional igualitário, trata-se da falta de instrumento de ação, ou mecanismos de avaliação dos instrumentos e políticas anteriormente aplicadas por parte do governo federal. Para Coelho (2015), a PNDR continuou sem instrumentos substantivos de execução, do ponto de vista orçamentário, institucional ou organizacional, resultado da falta de vontade política por parte das lideranças regionais. Todavia, como visto, a PNDR foi atualizada no ano de 2020, havendo esperança na mudança de estratégias, instrumentos e ações em prol da efetivação dos objetivos propostos.

Várias são as teorias do desenvolvimento regional, partindo de uma força motriz, exógena, com reações em cadeias que visem e influenciem as atividades econômicas, com participação da sociedade local no planejamento contínuo do crescimento regional, dando suporte às políticas econômicas, a exemplo dos trabalhos de Von Thünen de 1926, de Isard de 1956, quais priorizavam o fator localização da região estudada; as teorias de abordagem de Marshall (1890), Keynes (1936), afirmando que o desenvolvimento ocorreria por meio da industrialização (MADUREIRA, 2015).

E dentre tais está a baseada na exportação ou base exportadora de Douglass North, elencada para apontamento no presente estudo.

2.2 A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO DE NORTH

A teoria de Douglas North aparece entre as controvérsias nas teorias da localização e do crescimento regional, com o objetivo de explicar a dinâmica da economia norte-americana, tratando-se de avanço da teoria da base econômica, bem explicada por meio do entendimento do crescimento de regiões amparadas por estruturas capitalistas (MADUREIRA, 2015).

O economista estadunidense Douglass North (1977) sugere 5 (cinco) estágios para o desenvolvimento relacionando tanto a teoria da localização quanto a teoria do crescimento regional, são eles: fase (I) de economia de subsistência, ou seja, pouco investimento ou comércio, ao passo

que a região melhorará seus sistemas de transportes, e passará para a fase (II) onde a região passa a ter algum comércio e especialização local. A partir disso, (III) a região tende ao encadeamento de produção de cultura agrícola (pecuária, horticultura etc.), na sequência têm-se a fase (IV) de industrialização, o que o autor descreve como “introdução das chamadas atividades secundárias (indústrias manufatureiras e mineração) numa escala considerável”. Finalmente a última fase (V) trata-se do estágio de desenvolvimento regional, quando a região se especializa e exporta capital, mão de obra qualificada etc.

Para North (1977, p. 312–313):

A importância da base de exportação é o resultado do seu papel básico na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região, e conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolverão. A base de exportação também influenciou significativamente o tipo da indústria subsidiária, a distribuição da população e o padrão de urbanização, o tipo da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas da região e sua sensibilidade a flutuações da renda e do emprego [...].

Ou seja, tendo em vista que o crescimento de uma região está vinculado ao sucesso dos seus produtos de exportação (coletivamente, ou seja, inerente a região), também chamado de “base de exportação”, o autor sugere examinar em maior medida as razões da base de exportação.

O economista elenca, também, que as universidades desempenham importante papel por meio da pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de organização e produção, influenciam na capacitação de regiões que podem competir umas com outras e com países estrangeiros. E o crescimento de uma região está interligado ao sucesso de sua base exportadora, em que pese o declínio de um produto poder surgir de inúmeras variáveis, a exemplo da mudança de demanda, exaustão de recursos naturais, elevação de custos, dentre outros (MADUREIRA, 2015).

Para o autor da teoria, a expansão do setor de exportação é condição necessária para o crescimento e desenvolvimento regional, podendo iniciar com o ciclo de transportes, que pode impulsionar uma determinada região, refletindo em incentivos e investimentos, de forma a otimizar os custos da região e tornando-a competitiva. O chamado amadurecimento de uma região, com o passar do tempo, aliada a força de trabalho e novas tecnologias, tende que a exportação atingirá o seu pico, sendo que os recursos obtidos passam a abastecer indústrias locais, e justamente em tal região é que aparecerão novas indústrias de exportação, ocorrendo o chamado desenvolvimento regional (MADUREIRA, 2015; PIFFER, 2009).

O autor (NORTH, 1977) elenca que a divisão do trabalho, a especialização da região em determinado item são os principais fatores da expansão inicial, sendo a especialização da região induzida pela produção de bens para exportação. Já a adesão ao comércio internacional é, por consequência, o resultado do desenvolvimento econômico de vários países. Adverte, também, que a região que fica restrita apenas a um produto exportador não tende a crescer como outras que apresentam uma base de exportação diversificada.

No entanto, anos antes da publicação da Douglass North sobre a teoria da localização e crescimento econômico regional em 1977, o economista americano Markowitz (1952) – ganhador em 1990 do Prêmio Nobel de Economia por sua teoria de portfólio – evidenciou que colocar todos os ovos na mesma cesta é uma forma perigosa de gestão de portfólio, pois esta estratégia pode resultar em uma rentabilidade esperada inferior à obtida com a diversificação de uma carteira. Mais do que isso, a diversificação aumenta a segurança ao reduzir as incertezas sem prejudicar a rentabilidade esperada, “a diversificação é a meta e a medida do desenvolvimento” (PAIVA, 2006, p. 91).

O desenvolvimento da região depende da especialização produtiva. Quanto mais dinâmica e mais diversificada for, maior a possibilidade de desencadeamento de impactos positivos para o desenvolvimento regional. O que pode significar a geração de um ciclo virtuoso, como aumento de renda, aumento da produtividade, e do emprego.

E para que a falta de diversificação não ocorra, North (1977) descreve três fatores a serem levados em consideração. Primeiro, dotação de recursos naturais da região a um dado tecnológico, identificando quais são os bens/produtos que poderão ser exportados em determinada área. Segundo, o caráter da indústria de exportação com distribuição de renda equitativa, com diversificação de investimentos, onde a exportação de um produto que gere expansão e não concentração de renda em prol de uma minoria. O terceiro seria a necessidade de mudanças tecnológicas e de custos de transferências, dando um melhor retorno de investimento e mudança na área de concentração.

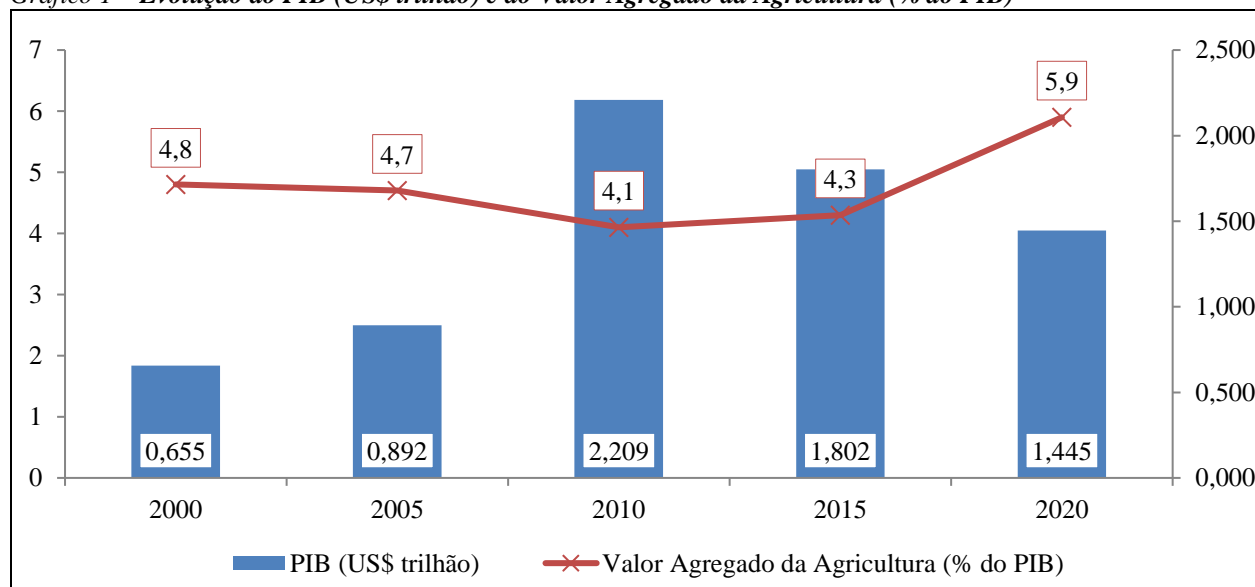
Para contextualizar o perfil do Brasil no comércio internacional, o próximo tópico vai abordar breves notas sobre as exportações brasileiras.

2.3 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: BREVES NOTAS

Em 2020 o Brasil foi ranqueado entre as doze maiores economias mundiais, considerando o Produto Interno Bruto (PIB US\$). Ficou atrás somente dos países: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, Índia, França, Itália, Canadá, Coreia do Sul, Rússia (BANCO MUNDIAL, 2022). Em 2020 no Brasil, este valor (PIB) significou US\$ 1.444.733.258.971,7; sendo que 5,9% correspondem ao valor agregado da agricultura (*Agriculture, value added; % of GDP*), indicador que inclui silvicultura, caça e pesca, bem como cultivo de culturas e produção pecuária.

O Gráfico 1 mostra a porcentagem do valor agregado da agricultura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em US\$. Embora mesmo com o decréscimo do PIB de 2020 em relação a 2010 (o país diminuiu 52,89% no período), o setor agrícola brasileiro tem crescido rapidamente nos últimos anos, com base no aumento da produtividade, expansão e consolidação da fronteira agrícola. Não obstante o mercado interno absorva a maior parte da produção, este crescimento foi impulsionado principalmente pela expansão da produção de insumos orientados para a exportação, principalmente soja, açúcar e aves. Segundo as estimativas publicadas em 2015 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) o Brasil será, dentre todos os países do mundo – o maior exportador agrícola em 2024 (OECD/FAO, 2015).

Gráfico 1 – Evolução do PIB (US\$ trilhão) e do Valor Agregado da Agricultura (% do PIB)



Fonte: elaborados pelos autores com base em (BANCO MUNDIAL, 2022).

É mister dizer que o agronegócio representa um importante fator na conjuntura nacional e internacional, permitindo que o país responda de forma positiva à crise financeira e sanitária, em especial com altos preços das commodities agrícolas que oferecem incentivos para aumentar a produção.

Entre várias medidas de mensuração, a inserção do agronegócio brasileiro no comércio internacional pode ser avaliado por meio da participação do país e de seus produtos nas importações mundiais, considerando a metodologia proposta por Fajnzylber (1991)¹ que classifica os produtos considerando o posicionamento (favorável ou desfavorável) e a eficiência (aumenta ou diminui) ao longo do período, e com isso têm-se a inserção, considerando a classificação: vulnerabilidade, retrocesso, oportunidade perdida ou situação ótima. A Tabela 1 indica a evolução desta inserção considerando quatro períodos distintos.

Tabela 1 – A inserção do agronegócio brasileiro no comércio internacional

Período	Situação (participação das exportações agrícolas brasileiras %)				Referência
	Retrocesso	Vulnerabilidade	Oportunidade perdida	Ótima	
1997-1999	15,28	63,72	9,64	11,35	(CARVALHO, 2002)
2009-2011	4,80	24,33	10,97	59,89	(SANTOS et al., 2016)
2015-2017	16,08	16,68	20,73	46,51	(CHRIST et al., 2021)
2017-2019	22,91	26,86	12,18	38,05	(CHRIST et al., 2022)

Fonte: elaborados pelos autores (2022).

Apesar dos resultados indicados na Tabela 1 serem considerados positivos (no último período analisado, 38,05% da pauta exportadora do Brasil foi classificado como situação ótima), o crescimento permanece prejudicado por debilidades estruturais na economia, quais sejam: infraestrutura fraca, sistema fiscal e procedimentos administrativos onerosos, pouco envolvimento no comércio internacional e baixos níveis de educação (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Especificamente no Paraná foi a partir da década de 1970 que se deu, efetivamente, a integração da economia paranaense com o Brasil e com o mundo, além da modernização da agropecuária, a diversificação dos ramos industriais e entre outros fatores que contribuíram para a formação de um novo arranjo geoeconômico no estado do Paraná (PIFFER, 2009). Para o autor, ao crescer a economia de base, cresce toda a economia da região. No entanto, vale mencionar que

¹ A fórmula do modelo está disponível em (FAJNZYLBBER, 1991).

regiões novas crescem quando aumenta a demanda das demais regiões pelos seus produtos, oriundas das empresas localizadas no seu território.

Com esta integração econômica, potencializado sobremaneira por dois processos (i) mudanças tecnológica e (ii) modernização da agricultura, foram os estímulos necessários para resultar em um novo ciclo econômico, pautado na industrialização e ganhos de produtividade de *commodities* (FERRERA DE LIMA; ALVES, 2012). Segundo os autores, até o final dos anos 1990, o estado do Paraná havia atraído um montante de R\$ 14 bilhões de investimentos para o setor secundário, o que resultou na consolidação de parques industriais.

Ao utilizar métodos de análise regional e considerando a variável emprego formal, Silva et al. (2020) analisaram diversos indicadores entre 2002 e 2018 e verificaram que é o setor primário do Paraná que concentra a maior força de trabalho em diversas microrregiões que por sua vez encontram na agricultura sua força motriz.

Vale mencionar, recentemente a região Oeste do Paraná foi reconhecida como polo de inovação agropecuária (O PARANÁ, 2021), o que possibilita a criação de instrumentos tecnológicos que estimulam a produtividade e promovem a criação de startups e o desenvolvimento de pesquisas nos parques tecnológicos e universidades. Além do mais, as microrregiões de Toledo e Cascavel, localizadas na mesorregião oeste do Paraná encontram na agricultura uma atividade de grande relevância para o desenvolvimento regional (CHRIST; ALVES; PIFFER, 2021).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este estudo pode ser classificado como uma pesquisa de abordagem quantitativa, enquadrando-se quanto aos objetivos estudo de caso descritivo, ou seja, procura descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental (CRESWELL, 2007). Quanto a perspectiva temporal, trata-se de uma pesquisa longitudinal. Serão analisados três anos: ano 2000 (antes da crise), 2010 (durante-crise) e 2020 (pós-crise de 2008 e durante a pandemia).

Esta pesquisa foi efetuada em quatro etapas principais: a primeira, de caráter teórico e conceitual, a partir de uma revisão de literatura sobre o tema, fundamentou as análises posteriores a respeito das características que influenciam no comércio internacional com foco em desenvolvimento regional e base de exportação.

A segunda etapa foi destinada a coleta de dados secundários, obtidos de fontes oficiais, qual seja: o banco de dados disponibilizado pelo Ministério da Economia, *Comex Stat*, portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil (BRASIL, 2000, 2010, 2020a). Foram considerados as 22 seções da classificação fiscal das mercadorias (Tabela 2), ponderando como escopo de análise os valores (US\$) de exportação considerando os anos 2000, 2010 e 2020.

Tabela 2 – Classificação das Mercadorias por Seção

Código Seção	Descrição Seção
I	Animais vivos e produtos do reino animal
II	Produtos do reino vegetal
III	Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal
IV	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados
IX	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria
V	Produtos minerais
VI	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas
VII	Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras
VIII	Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; Artigos de correeiro ou de seleiro; Artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; Obras de tripa
X	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras
XI	Matérias têxteis e suas obras
XII	Calçado, chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; Penas preparadas e suas obras; Flores artificiais; Obras de cabelo
XIII	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; Produtos cerâmicos; Vidro e suas obras
XIV	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; Bijuteria; Moedas
XIX	Armas e munições; suas partes e acessórios
XV	Metais comuns e suas obras
XVI	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
XVII	Material de transporte
XVIII	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; suas partes e acessórios
XX	Mercadorias e produtos diversos
XXI	Objetos de arte, de coleção e antiguidades
XXII	Transações especiais

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000, 2010, 2020a).

Ou seja, a divisão setorial utilizada são as 22 seções utilizadas para classificação de mercadorias aplicada pelo Brasil a partir da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que por sua vez são baseadas no Sistema Harmonizado (SH).

O recorte territorial compreenderá as 10 mesorregiões do estado do Paraná, a partir da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco de análise será a região Oeste do Paraná. As informações são processadas pelo domicílio fiscal da empresa (e não de acordo com a localização geográfica).

De acordo com o IBGE (2020) as mesorregiões homogêneas, assim como as microrregiões homogêneas – estabelecidas em 1977 e resultado de um trabalho da Divisão Regional iniciada em meados da década de 1960 – buscam definir um sistema regional que permite o desenvolvimento de estudos regionais a diferentes níveis de agregação. Estes estudos possibilitam o uso de informações que nem sempre eram representativas para as unidades observacionais vigentes.

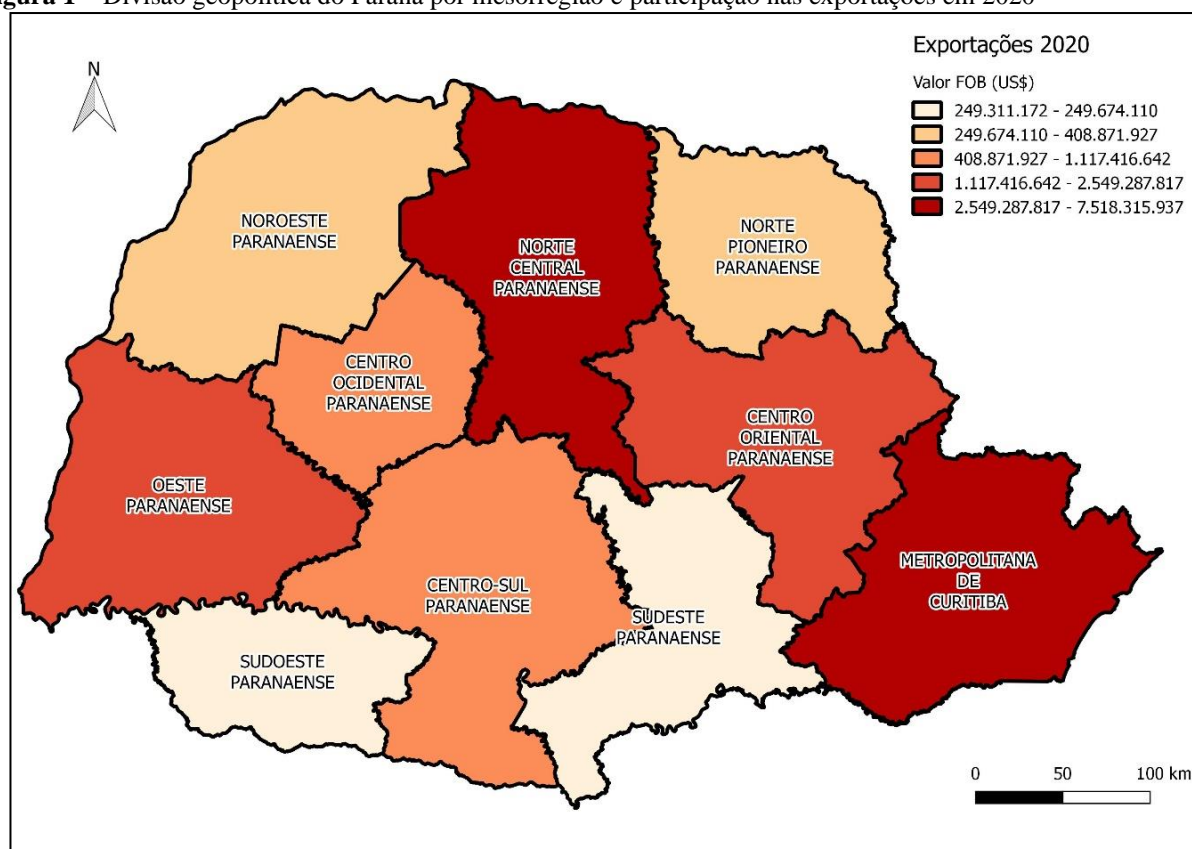
Após a coleta de dados, foi realizada a terceira etapa: a organização do banco de dados para a elaboração das saídas, ou seja, para a construção de tabelas, gráficos e mapas temáticos. Para isto, foi utilizado planilha eletrônica (excel) e o software QGIS para a elaboração de mapas. A última etapa (quarta) ocupou-se da análise dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussão, divididos em três seções: a primeira com foco a evolução das exportações do estado do Paraná (4.1), a segunda em relação a base de exportação do Oeste Paranaense (4.2) e a terceira se ocupará ao destino das exportações do Oeste Paranaense (4.3).

4.1 A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ

O estado do Paraná está dividido em 10 mesorregiões, como poder ser visto na Figura 1 (Divisão geopolítica do Paraná por mesorregião e participação nas exportações em 2020). O destaque é a mesorregião Metropolitana de Curitiba, cuja participação nas exportações do estado foi de 42,19%, em 2020. A segunda mesorregião mais relevante para as exportações do estado é a Norte Central Paranaense, com *Market-share* de 22,85%. Em terceiro lugar está o Centro Oriental, com 12,17% e finalmente, em quarto lugar está o Oeste, com 10,99% de *Market-share*.

Figura 1 – Divisão geopolítica do Paraná por mesorregião e participação nas exportações em 2020

Fonte: elaborados pelos autores a partir de (BRASIL, 2020a; IBGE, 2020).

A Tabela 3 mostra a evolução das exportações por mesorregião, considerando o valor *Free On Board* – FOB (US\$), termo que significa que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador.

Tabela 3 – Exportações por mesorregião Paranaense 2000/2010/2020

Mesorregião Paranaense	2000		2010		2020	
	US\$	Δ %	US\$	Δ %	US\$	Δ %
Sudeste	82.283.729	1,88%	114.596.828	0,72%	249.311.172	1,40%
Sudoeste	44.000.906	1,01%	105.981.257	0,67%	249.651.736	1,40%
Noroeste	41.339.645	0,94%	262.893.284	1,66%	249.679.703	1,40%
Norte Pioneiro	84.879.713	1,94%	242.062.229	1,52%	350.445.761	1,97%
Centro Ocidental	10.485.565	0,24%	137.915.223	0,87%	447.822.705	2,51%
Centro-Sul	148.857.120	3,40%	218.582.408	1,38%	556.530.749	3,12%
Oeste	374.485.809	8,55%	1.153.073.555	7,26%	1.958.745.481	10,99%
Centro Oriental	249.849.437	5,71%	1.449.701.657	9,13%	2.168.534.463	12,17%
Norte Central	500.991.729	11,44%	3.405.045.152	21,45%	4.072.301.232	22,85%
Metropolitana de Curitiba	2.840.711.244	64,89%	8.785.807.630	55,34%	7.518.315.937	42,19%
∑ Paraná	4.377.884.897	100,00%	15.875.659.223	100,00%	17.821.338.939	100,00%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000, 2010, 2020a)

A Tabela 4 indica as exportações da Região Sul por estado. É possível perceber que o estado do Paraná ganhou espaço ao longo das décadas e no último ano analisado passou a liderar o *ranking* em relação ao volume exportado (US\$), representando 43,37% do total da região Sul. O Paraná foi também o 5º Estado que mais exportou em 2020, atrás de São Paulo (concentrou 22,26% das exportações totais brasileira), Minas Gerais (11,47%), Rio de Janeiro (11,33%) e Pará (9,66%) (BRASIL, 2020a).

Tabela 4 – Exportações da Região Sul por Estado (US%)

Estado	2000		2010		2020	
	US\$	Δ %	US\$	Δ %	US\$	Δ %
Paraná	4.377.884.897	34,28%	15.875.659.223	39,91%	17.821.338.939	43,37%
Rio Grande do Sul	5.604.303.871	43,88%	14.643.678.774	36,81%	13.240.263.478	32,22%
Santa Catarina	2.788.515.613	21,84%	9.263.807.716	23,29%	10.028.785.617	24,41%
Total Sul	12.770.704.381	100,00%	39.783.145.713	100,00%	41.090.388.034	100,00%
Total Brasil	55.018.346.483	23,21%	201.788.337.035	19,72%	209.817.415.387	19,58%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000, 2010, 2020a)

A taxa de crescimento do estado do Paraná comparando os anos 2010 e 2020 foi de 12,26%, maior da região Sul. O Rio Grande do Sul perdeu volume e apresentou uma taxa negativa de -9,58%. Santa Catarina cresceu 8,26%, superior que o total do Brasil (3,98%) e da região Sul (3,29%). A Tabela 5 indica a evolução das exportações brasileiras por região.

Tabela 5 – Evolução das Exportações por Região (US\$)

Região	2000		2010		2020	
	US\$	Δ %	US\$	Δ %	US\$	Δ %
Norte	3.254.411.008	5,92%	15.886.908.483	7,87%	24.159.570.217	11,51%
Nordeste	3.935.283.051	7,15%	14.444.785.762	7,16%	16.027.121.958	7,64%
Centro-Oeste	1.154.677.080	2,10%	11.035.181.638	5,47%	28.257.028.299	13,47%
Sudeste	33.894.189.249	61,61%	120.633.027.022	59,78%	99.748.268.870	47,54%
Sul	12.770.704.381	23,21%	39.783.145.713	19,72%	41.090.388.034	19,58%
Não declarada	9.081.714	0,02%	5.288.417	0,00%	535.038.009	0,26%
Total Brasil	55.018.346.483	100,00%	201.788.337.035	100,00%	209.817.415.387	100,00%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000, 2010, 2020a).

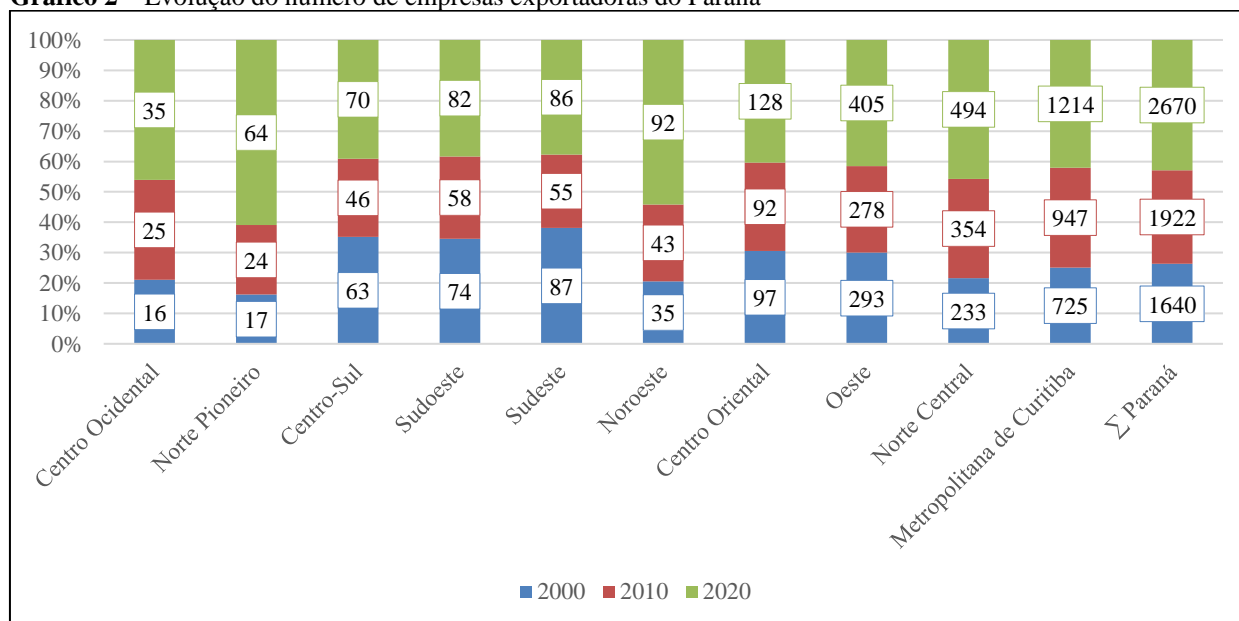
A região Sul foi a que teve menor taxa de crescimento comparando 2010 com 2020. Cresceu 3,29% considerando a variável analisada (volume de exportações por US\$), crescendo abaixo do total do Brasil, que em relação aos anos comparados cresceu 3,98%.

4.2 A BASE DE EXPORTAÇÃO DO OESTE PARANAENSE

Como foi mencionado por North (1977), Piffer (2009) e Ferrera de Lima e Alves (2012), as exportações são importantes para o crescimento regional e sua relação com o mundo. No entanto, não há exportação sem a atuação de empresas. Seja especializada na fabricação, ou mesmo na prestação de serviços como a comercialização, transporte etc., as empresas são verdadeiros atores no desenvolvimento regional.

O Gráfico 2 indica a evolução do número de empresas exportadoras do Paraná entre 2000, 2010 e 2020 por mesorregião. As empresas são dispostas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) primária. Em 2020 o setor que mais exportou (considerando a variável número de empresas) foi a CNAE “Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada”, representando 2,70% do total (72/2670). A mesorregião que mais contribuiu para este número foi o Sudeste Paranaense, que contou com 29 empresas do setor (40,28%).

Gráfico 2 – Evolução do número de empresas exportadoras do Paraná



Fonte: elaborados pelos autores com base o Ministério da Economia (BRASIL, 2020b).

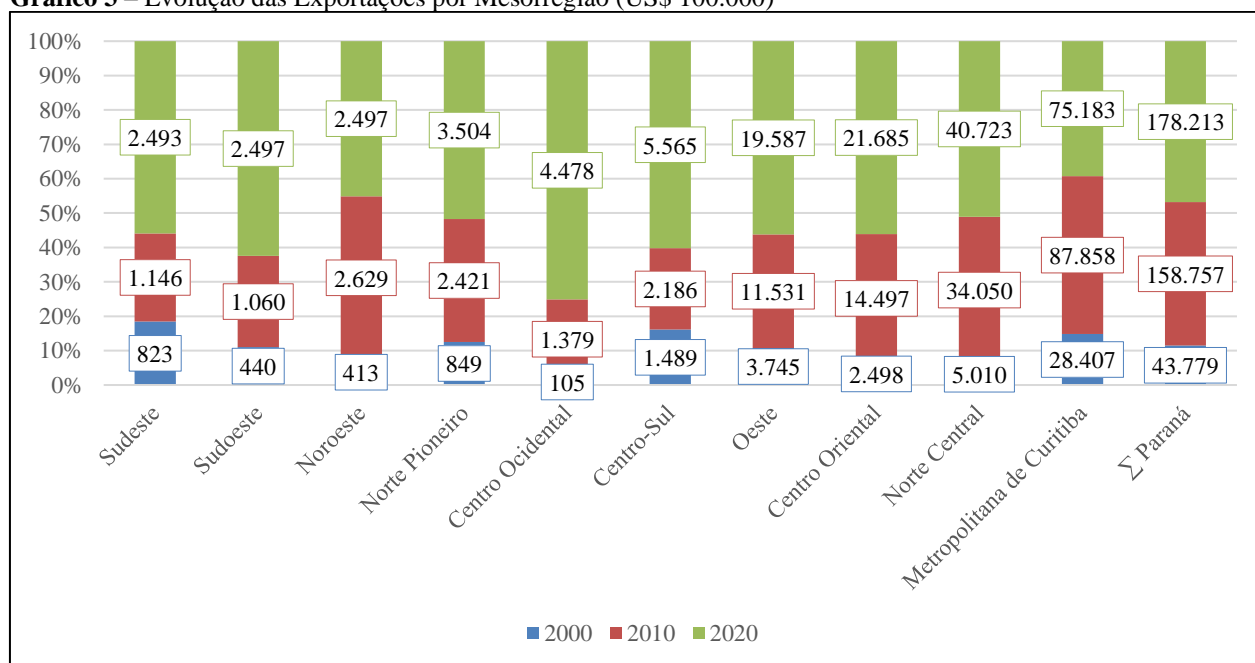
Em 2020, o Oeste Paranaense aparece em 3º no ranking das regiões que mais contam com empresas exportadoras (405 empresas) e representou 15,17% do total do Estado do Paraná (2.670 empresas). Comparando 2000 com 2010 pode-se perceber um decréscimo de 5,40% de empresas

exportadoras. Já em relação a 2010 com 2020, a região cresceu 31,36% o número de empresas exportadoras.

No último ano de análise, as classificações de atividades primárias mais representativas do Oeste Paranaense foram: Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas (24 empresas); Comércio de peças e acessórios para veículos automotores (22 empresas); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças e (20 empresas); Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral (20 empresas). Juntas os quatro CNAES representaram 21,23% do total de empresas exportadoras da região.

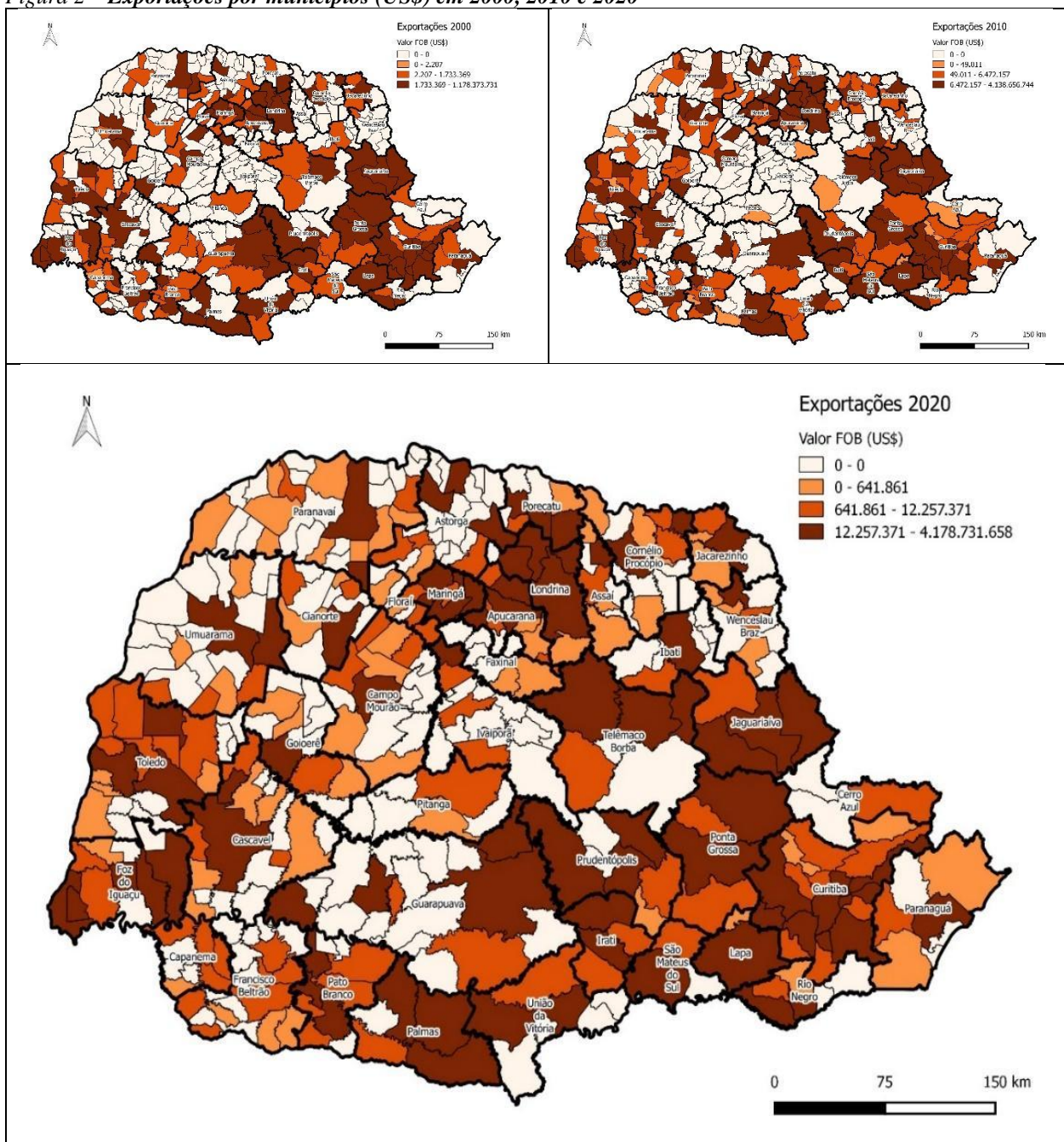
O Gráfico 3 e a Figura 2 indicam a evolução das exportações (US\$) por municípios nos anos 2000, 2010 e 2020. É notável, nos três anos de análise a concentração das exportações na região metropolitana de Curitiba. Em 2020 esta concentração significou 42,19% das exportações totais do Estado do Paraná. No entanto, com o passar dos anos, dita concentração perdeu espaço. Nos anos 2000 a região metropolitana de Curitiba representou 64,89% do total exportado pelo estado e em 2010 significou 55,34% e em 2020, a região representou 42,19% do total exportado do estado do Paraná.

Gráfico 3 – Evolução das Exportações por Mesorregião (US\$ 100.000)



Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000, 2010, 2020a).

Figura 2 – Exportações por municípios (US\$) em 2000, 2010 e 2020



Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000, 2010, 2020a).

A região Oeste do Paraná aumentou seu *Market-share* em comparação com o total do estado ao longo dos anos. Em 2000 suas exportações totais representam 8,55% do total exportado pelo Paraná, em 2010 esta porcentagem significou 7,26% e em 2020, representou 10,99% do total exportado no Paraná.

A evolução entre as regiões também foi percebida. De 2000 a 2010 o Oeste do Paraná cresceu 67,52% no valor exportado. Passando de US\$ 374.485.809 para US\$ 1.153.073.555 em 2010. Entre 2010 e 2020, o crescimento significou 41,13%. Totalizando US\$ 1.958.745.481 de faturamento em exportação em 2020. O estado do Paraná teve seu *Record* em exportação no ano de 2012, quando atingiu US\$ 19.807.781.789 de receita.

As Tabelas 6, 7 e 8 indicam a base de exportação do Oeste Paranaense em 2000, 2010 e 2020.

Tabela 6 – A base de exportação do Oeste Paranaense em 2000

Código Seção	Descrição Seção	Oeste Paranaense (US\$)	Part. Oeste Δ %	Total Paraná (US\$)	Part. Paraná Δ %
II	Produtos do reino vegetal	112.953.500	30,16%	648.707.562	17,41%
IV	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	78.780.165	21,04%	826.097.115	9,54%
I	Animais vivos e produtos do reino animal	31.564.810	8,43%	431.682.474	7,31%
XV	Metais comuns e suas obras	23.664.224	6,32%	70.215.513	33,70%
III	Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dossociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal	19.934.188	5,32%	153.154.294	13,02%
	Outras seções	107.588.922	28,73%	2.248.027.939	4,79%
Σ	Total Exportado	374.485.809	100%	4.377.884.897	8,55%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000).

Em 2000 (Tabela 6), é possível perceber a importância dos produtos classificados na seção “reino vegetal”, que concentrou 30,16% do total exportado pela região. Em termos estaduais, os produtos classificados na seção XV também foram importantes em relação ao total exportado pelo estado, o Oeste representou 33,70% do total exportado.

Tabela 7 – A base de exportação do Oeste Paranaense em 2010

Código Seção	Descrição Seção	Oeste Paranaense (US\$)	Part. Oeste Δ %	Total Paraná (US\$)	Part. Paraná Δ %
I	Animais vivos e produtos do reino animal	542.718.207	47,07%	3.011.430.975	18,02%
II	Produtos do reino vegetal	208.312.845	18,07%	3.267.811.110	6,37%
IV	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	103.407.940	8,97%	3.186.017.527	3,25%
VI	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	66.944.297	5,81%	424.183.266	15,78%
XVI	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou	56.667.802	4,91%	1.217.041.364	4,66%

	reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios				
	Outras seções	175.022.464	15,18%	4.769.174.981	3,67%
Σ	Total Exportado	1.153.073.555	100%	15.875.659.223	7,26%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2010).

Em 2010 (Tabela 7) a base de exportação do Oeste do Paraná muda significativamente. Animais vivos e produtos do reino animal passa a representar a maioria no *Market-share* total da região, representando 47,07% e, 18,02% do total do Estado. A seção VI passa a compor a pauta, e aparece em 4º lugar no *ranking*, atingindo 15,78% do total do Estado.

Tabela 8 – A base de exportação do Oeste Paranaense em 2020

Código Seção	Descrição Seção	Oeste Paranaense (US\$)	Part. Oeste Δ %	Total Paraná (US\$)	Part. Paraná Δ %
I	Animais vivos e produtos do reino animal	1.275.071.048	65,10%	2.944.180.477	43,31%
II	Produtos do reino vegetal	207.096.675	10,57%	6.036.938.630	3,43%
IV	Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	189.545.557	9,68%	2.882.985.351	6,57%
VI	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	64.075.345	3,27%	497.817.037	12,87%
III	Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal	49.480.787	2,53%	290.395.012	17,04%
	Outras seções	173.476.069	8,86%	5.169.022.432	3,36%
Σ	Total Exportado	1.958.745.481	100%	17.821.338.939	10,99%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2020a).

Em comparação com 2010, a pauta de exportação da região Oeste do Paraná em 2020 (Tabela 8) não sofre grandes mudanças. As quatro seções que aparecem na liderança são: Animais vivos e produtos do reino animal (com 65,10% de participação nas exportações totais da região e 43,31% de participação das exportações do Paraná – representado grande importância no contexto estadual), em segundo lugar Produtos do reino vegetal (com 10,57%), terceiro lugar Produtos das indústrias alimentares, Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres e Tabaco e seus sucedâneos manufaturados (9,68%), e em quarto lugar Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas (com 3,27% de participação nas exportações totais da região).

4.2 O destino das exportações do Oeste Paranaense

As Tabelas 9, 10 e 11 indicam os principais destino das exportações do Oeste Paranaense e do total do estado em 2000, 2010 e 2020, bem como o número de países que a região teve destino suas exportações, o valor das exportações por destino e a participação (*Market-share*) das exportações.

Tabela 9 – Principais destinos das exportações do Oeste Paranaense em 2000

Posição	País de destino	Oeste Paranaense (US\$)	Part. Total Δ %	Total Paraná (US\$)	Part. Destino Δ %
1	Paraguai	172.854.526	46,16%	258.392.439	66,90%
2	Espanha	40.635.491	10,85%	166.542.847	24,40%
3	Países Baixos (Holanda)	23.696.357	6,33%	265.794.006	8,92%
4	Argentina	23.189.762	6,19%	524.099.724	4,42%
5	Alemanha	22.207.715	5,93%	362.077.442	6,13%
89	Outros países	91.901.958	24,54%	2.800.978.439	3,28%
94	Total Exportado	374.485.809	100%	4.377.884.897	8,55%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2000).

Em 2000 (Tabela 9) o Oeste paranaense exportou US\$ 374.485.809 para 94 países, o valor também representou 8,55% do total exportado pelo estado. Neste ano o maior parceiro comercial da região Oeste foi o Paraguai. Do total exportado pela região, 46,16% tiveram como destino o país vizinho, que também representou um alto valor de concentração na participação do total exportado pelo Paraná, em 2000, 66,90% do total exportado pelo Paraná com destino o Paraguai, teve origem o Oeste do Paraná. O que significa falta de diversificação.

Tabela 10 – Principais destinos das exportações do Oeste Paranaense em 2010

Posição	País de destino	Oeste Paranaense (US\$)	Part. Total Δ %	Total Paraná (US\$)	Part. Destino Δ %
1	Paraguai	250.629.575	21,74%	598.531.649	41,87%
2	China	187.518.294	16,26%	2.372.435.537	7,90%
3	Japão	116.489.442	10,10%	459.265.539	25,36%
4	Alemanha	61.820.437	5,36%	1.023.314.054	6,04%
5	Países Baixos (Holanda)	60.865.073	5,28%	590.911.207	10,30%
126	Outros países	475.750.734	41,26%	10.831.201.237	4,39%
131	Total Exportado	1.153.073.555	100,00%	15.875.659.223	7,26%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2010).

Em 2010 (Tabela 10), a região Oeste exportou US\$ 1.153.073.555, ou seja, teve um crescimento de 207,91% em relação a 2000. Apesar de ter diminuído a participação do total

exportado pelo estado do Paraná (7,26%), em 2010, a região Oeste também aumentou o número de parceiros comerciais. Se em 2000 a região teve relacionamento com 94 países, em 2010 este número foi de 131. Ou seja, aumentou seu portfólio de parceiros comerciais.

Em 2010 o principal destino das exportações com origem o Oeste do Paraná continuou sendo o Paraguai (21,74% do total exportado pela região foi para o Paraguai), a participação da região Oeste para este destino, se manteve alta, 41,87% do total exportado pelo estado, foi do Oeste. O que começa a chamar atenção, é a China, que em 2000 apareceu em 7º lugar no *ranking*, aqui (em 2010) sobe para a segunda posição e teve como destino 16,26% do total exportado pela região Oeste.

Tabela 11 – Principais destinos das exportações do Oeste Paranaense em 2020

Posição	País de destino	Oeste Paranaense (US\$)	Part. Total Δ %	Total Paraná (US\$)	Part. Destino Δ %
1	China	704.006.077	35,94%	5.974.145.680	11,78%
2	Paraguai	244.310.985	12,47%	515.482.152	47,39%
3	Reino Unido	99.598.965	5,08%	200.961.682	49,56%
4	Japão	99.520.657	5,08%	462.564.003	21,52%
5	Hong Kong	71.492.089	3,65%	261.397.182	27,35%
120	Outros países	739.816.708	37,77%	10.406.788.240	7,11%
125	Total Exportado	1.958.745.481	100,00%	17.821.338.939	10,99%

Fonte: elaborados pelos autores com base o COMEX STAT (BRASIL, 2020a).

Em 2020 (Tabela 11), Oeste do Paraná exportou US\$ 1.958.745.481 para 125 países, número que em comparação com 2010 diminuiu 4,80% em relação a 2010 (6 países em termos absolutos). A China aparece como principal parceiro comercial da região, que teve 35,94% das exportações como destino. Foi também o principal parceiro do estado do Paraná. Em 2020, a China foi o destino de 33,52% do total das exportações paranaenses, que representou US\$ 5.974.145.680. Em 2020 o *ranking* dos principais destinos chama a atenção pela concentração dos países asiáticos, China, Japão e Hong Kong somaram juntos 44,67% do total exportado pela região Oeste no mencionado ano.

5 CONCLUSÃO

Os resultados positivos provenientes das atividades de exportação podem ser um caminho para o desenvolvimento regional harmonioso, promovendo a dinamização das regiões, bem como

aumento da produtividade, competitividade, fortalecimento do capital humano e social, gerando emprego e renda na estrutura de produção regional. Este estudo teve como objetivo identificar o perfil exportador do Paraná e identificar a base de exportação do Oeste do Paraná nos anos 2000 2010 e 2020, bem como os principais destinos das exportações da referida mesorregião.

Verificou-se que o Oeste do Paraná tem como principais produtos da base exportadora os itens classificados na seção I “animais vivos e produtos do reino animal”, esta seção representou 65,10% do total exportado (US\$) pela região em 2020. Na sequência, no entanto, menos representativo estão os produtos classificados na seção II “reino vegetal” esta seção significou 10,57% do total exportado no oeste paranaense. E, em terceiro lugar do *ranking*, em 2020, estão os produtos classificados na seção IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados”, que representou 9,68% do total exportado pela região oeste em 2020.

A China, e o continente asiático, vem se destacando vertiginosamente na última década analisada como principal destino das exportações do estado e da região Oeste Paranaense. No entanto, o Paraguai, que tem uma importância não só comercial, como histórica, é também um significativo parceiro para o destino das exportações da região.

Compete aos tomadores de decisões – aos empresários, aos políticos e a sociedade civil – a identificação das potencialidades e das aptidões de cada região, para elaboração de políticas e programas com foco o fortalecimento de firmas e o desenvolvimento regional. Entender como se comportou uma determinada região, para a execução de ações que promovam o progresso podem ser um começo para a maximizar a potencialidade de uma região.

Como contribuição prática, este estudo apresentou a base de exportação do Oeste Paranaense entre os anos 2000, 2010 e 2020. Com isso foi possível comparar a evolução da base exportadora (de acordo com a seção do NCM), o destino das exportações e o *Market-share* do volume exportado (US\$) da região Oeste em comparação com a região de referência (estado do Paraná).

Para estudos futuros, é sugerido a análise setorial por produto com olhar mais apurado para o setor classificado na seção I “animais vivos e produtos do reino animal” e para o mercado Asiático. Para o Paraná – e o Oeste Paranaense – continuar se desenvolvendo, é preciso incentivar a cultura empreendedora nas regiões, fortalecer o capital social e diversificar suas bases de exportação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS – ApexBrasil. **Ensaio PEIEX 2020**. 1. ed. Brasília: Apex-Brasil, 2020.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS – ApexBrasil. **Revista de artigos simpósio em negócios internacionais**. Brasília: ApexBrasil, 2021. v. 1.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/home.aspx>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. **Exportação e Importação Municípios - UF (2000)**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/26859>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL. **Exportação e Importação Municípios - UF (2010)**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/26798>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.810 de 30/05/2019: Institui a política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/30975396>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Exportação e Importação Municípios - UF (2020)**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/26862>>. Acesso em: 1 fev. 2021a.

BRASIL. **Lista de Empresas Brasileiras Exportadoras e Importadoras**. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>>. Acesso em: 19 jan. 2021b.

CARVALHO, M. A. Comércio agrícola e vulnerabilidade externa brasileira. **Agricultura em São Paulo (Cessou em 2006. Cont. ISSN 1981-4771 Revista de Economia Agrícola)**, v. 49, n. 2, p. 55–69, 2002.

CHRIST, G. D. et al. The competitiveness of Brazilian agribusiness in international trade. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 4, p. 122–139, 2021.

CHRIST, G. D. et al. O agronegócio brasileiro no comércio internacional: vulnerabilidade, retrocesso, oportunidade perdida ou situação ótima? uma análise dos triênios (2007- 2009 e 2017-2019). **Informe GEPEC**, v. 26, n. 2, p. 190–209, 2022.

CHRIST, G. D.; ALVES, L. R.; PIFFER, M. **Análise regional do Oeste e Sudoeste do Paraná e ODS 8**. X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. **Anais...Santa Cruz do Sul**: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/21359/1192613459>>. Acesso

em: 21 nov. 2021.

COELHO, V. L. P. A política regional do governo Lula (2003-2010). **Revista política e planejamento regional**, v. 2, n. 2, p. 265–286, 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOMINGUES, E. P.; RUIZ, R. M. Os desafios ao desenvolvimento regional brasileiro. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 1, p. 5–10, 2006.

FAJNZYLBER, F. International insertion and institutional renewal. **CEPAL Review**, v. 44, p. 137–166, 1991.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Mecanismos e propostas para acelerar o desenvolvimento local e regional no Paraná. In: RAIHER, A. P. et al. (Eds.). **Economia paranaense: crescimento e desigualdades regionaisense**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. p. 205–232.

GOVERNO FEDERAL. **Política nacional de desenvolvimento regional**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mesorregiões Homogêneas**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24860&t=sobre>>. Acesso em: 1 out. 2020.

KERR-OLIVEIRA, L. et al. La integración regional sudamericana frente a la pandemia del COVID-19: un análisis geopolítico de los impactos en el Mercosur y en la región. **Revista Tempo do Mundo**, v. 26, p. 205–242, 2021.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. Existe uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, p. 605–631, 2018.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 8–23, 2015.

MARKOWITZ, H. Portfolio Selection. **The Journal of Finance**, v. 7, n. 1, p. 77–91, 1952.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, J. (Ed.). **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, 1977. p. 333–343.

O PARANÁ. **Oeste paranaense é reconhecido polo de inovação e tecnologia para o agronegócio**. Disponível em: <<https://oparana.com.br/noticia/oeste-paranaense-e-reconhecido-polo-de-inovacao-e-tecnologia-para-o-agronegocio/>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

OECD/FAO. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2015**. Paris: OECD Publishing, 2015.

OLIVEIRA, T. J. A.; RODRIGUES, W. Vulnerabilidade e o desenvolvimento das regiões do agronegócio no Brasil (2007/2017). **Informe GEPEC**, v. 24, n. (2), p. 232–248, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development** General Assembly. Nova Iorque: A/RES/70/1: [s.n.]. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/70/L.1>>.

PAIVA, C. Á. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indicadores Econômicos**, v. 34, n. 1, p. 89–102, 2006.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do estado do Paraná no final do século XX**. Tese (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional)—Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

SANTOS, L. P. et al. Agronegócio brasileiro no comércio internacional. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 39, n. 1, p. 54–69, 2016.

SILVA, C. S. et al. A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no Paraná. In: SHIKIDA, P. F. A.; GALANTE, V. A.; CATTELAN, R. (Eds.). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios II**. 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora IDESF, 2020. p. 52–75.

UDERMAN, S. Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: limites de uma nova agenda para o Nordeste. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 8, n. 8, p. 104–129, 2008.